26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

DOCUMENTAÇÃO POPULAR NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

POPULAR DOCUMENTATION IN INFORMATION SCIENCE: *AN OVERVIEW OF SCIENTIFIC PRODUCTION*

Viviane Kaori Watanabe – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Carlos Eduardo da Silva Carvalho – Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Ana Maria Mendes Miranda – Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: Esta pesquisa analisa o desenvolvimento da produção científica da Ciência da Informação sobre documentação e documento popular. Caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico, com levantamento realizado no Google Acadêmico e na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), a partir dos termos “documento popular” e “documentação popular”. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram analisados 24 artigos, organizados em quatro categorias: institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs); histórico e conceituação; orientação social da informação e do documento; e memória e educação popular. Os resultados evidenciam o desenvolvimento dos debates sobre documentação popular ao longo do tempo, abrangendo os CDPs, a construção conceitual, a aproximação com a Biblioteconomia e as relações com a memória e a educação popular. Conclui-se que a produção científica apresenta ampliação das perspectivas sobre a documentação popular, especialmente nas abordagens mais recentes, embora estas ainda demandem aprofundamento e consolidação no campo da Ciência da Informação.
Palavras-chave: documentação popular; documento popular; Ciência da Informação.

Abstract: This study analyzes the development of scientific production in Information Science on popular documentation and popular documents. It is characterized as descriptive, with a qualitative approach and a bibliographic design. A survey was conducted in Google Scholar and the Information Science Database (Brapci), using the terms “popular document” and “popular documentation.” After applying the exclusion criteria, 24 articles were analyzed and organized into four categories: the institutionalization and practices of Popular Documentation Centers (PDCs); history and conceptualization; the social orientation of information and documents; and memory and popular education. The results indicate the development of debates on popular

documentation over time, encompassing PDCs, conceptual development, the approach to the topic within Library and Information Science, and its relationship with memory and popular education. It is concluded that scientific production has expanded the perspectives on popular documentation, particularly in recent approaches, although these perspectives still require further development and consolidation within the field of Information Science.
Keywords: popular documentation; popular document; Information Science.

1 INTRODUÇÃO

A documentação como instrumento para mudanças sociais e sua dimensão política está presente desde Paul Otlet e La Fontaine, que foram figuras centrais para a estruturação da Documentação, com sua perspectiva de organizar todo o conhecimento registrado e tornar as informações e o conhecimento acessível, sendo essa a maneira que encontraram de vincular suas ideias à atuação política.

Diante desse contexto, compreendemos que a documentação pode ser utilizada como um instrumento para mobilização de grupos e movimentos populares, a fim de contribuir para a memória, o protagonismo e o conhecimento (Rabello, 2025). Nesse sentido, para Rabello (2025) debater a finalidade de documentar contribui para a reflexão da neutralidade da documentação, já que para o autor a documentação não é neutra, pois evidencia as questões políticas tanto do conhecimento científico como dos saberes populares.

Além disso, ao considerarmos o sistema capitalista, onde as camadas populares são marginalizadas, sujeitas a exploração e a negação de direitos, sendo uma delas o direito à informação, a maioria dos sujeitos estão submetidos a alienação e a exploração pelas classes dominantes. É nesse sentido que no Relatório MacBride (1980) elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), destacam a importância do acesso à informação para a transformação social e exercício da cidadania, sendo necessário que os indivíduos possuam acesso às informações, aos dados e aos fatos, a fim de compreenderem os acontecimentos e o contexto que os afetam.

A partir disso, esta pesquisa se justifica por refletir acerca da informação e conhecimento produzido e registrado pelo e para os movimentos e classes populares, através da documentação popular. Tendo isso em vista, estudar e pesquisar tais documentos "[...] são ações fundamentais na construção de uma sociedade plural, formada por diversos agentes sociais" (Camoleze, 2022, p. 19). Refletir sobre este tema contribui para a compreensão da documentação, para além das informações institucionais e científicas, destacando as

contribuições informacionais e de conhecimentos produzidos pelas camadas e movimentos populares.

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento da produção científica da Ciência da Informação (CI) acerca das temáticas de documentação e documento popular. Ao cumprir tal objetivo, busca estabelecer um panorama de como o documento e a documentação popular foram abordadas na CI nas últimas décadas e assim visualizar possíveis abordagens ao tratar essa temática em produções futuras.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

No que tange os procedimentos metodológicos, essa pesquisa se caracteriza como descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico. Para a pesquisa bibliográfica realizamos um levantamento nas bases de dados Google Acadêmico e Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), para recuperação dos resultados foram utilizados termos “documento popular” e “documentação popular”.

Para estabelecimento do *corpus* de análise foram utilizados critérios de exclusão de produções que não possuíam relação com o objeto da pesquisa, produções duplicadas, artigos que não possuíam relação com a CI, que não continham os termos “documento popular” ou “documentação popular” em seu título, palavras-chaves ou resumos. Também, a fim de delimitar e atender o limite de espaço desta pesquisa, não foram incluídos para a análise teses, dissertações e anais de eventos, assim resultando em 24 artigos analisados, sendo 17 textos recuperados no Google Acadêmico e 7 recuperados na Brapci.

A partir da leitura integral dos artigos selecionados, procedeu-se à análise e à codificação dos conteúdos relacionados aos debates sobre documento e documentação popular. As categorias de análise foram construídas a posteriori, a partir da identificação, no conjunto das produções analisadas, de temas, conceitos e reflexões recorrentes ou convergentes. Para a organização da análise, foram consideradas as reflexões empreendidas pelos autores dos artigos, buscando-se identificar aproximações entre as discussões desenvolvidas nas diferentes produções. Desse processo de leitura, identificação e agrupamento temático, foram estabelecidas categorias analíticas para sistematizar os conteúdos abordados em cada artigo.

As categorias definidas foram: (1) institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs); (2) histórico e conceituação; (3) orientação social da informação e do documento; e (4) memória e educação popular. A categorização permitiu organizar os

diferentes enfoques presentes nas produções selecionadas e evidenciar os principais aspectos mobilizados nos debates sobre documento e documentação popular.

3 DOCUMENTAÇÃO E DOCUMENTO POPULAR

Neste trabalho abordaremos a documentação popular, que pode ser entendida como informações registradas no contexto dos movimentos sociais e populares. A inserção do termo "popular" nas compreensões de documentação e documentos, destaca a participação ativa em ações práticas e o conhecimento produzido pelo povo.

Desta maneira, o termo popular é utilizado para representar as ações promovidas pela sociedade com representações coletivas e engajamento das classes populares (Camoleze, 2022). O termo popular está frequentemente relacionado ao povo e sua participação ativa em movimentos e organizações. Para Peruzzo (2009) uso do adjetivo "popular" se caracteriza por ser um processo de comunicação que surge a partir de ações de grupos populares, a fim de mobilizar coletivamente estes grupos, que possuem seus próprios canais de comunicação

Ainda nesse sentido, Brandão (1984) indica que o termo popular é utilizado de forma empobrecida, para o autor existe uma divisão social do saber, o saber científico, técnico e artístico, que são considerados legítimos, oficiais e relacionados as esferas de poderes dominantes, e o saber popular que se associa ao saber do povo, este saber "torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual [...]" (Brandão, 1984, local. 16), estes saberes populares por serem associados ao povo acabam por restarem difusos na sociedade e serem considerados saberes não oficiais. É possível observar que o termo popular se encontra vinculado às classes desfavorecidas, aos movimentos sociais e às organizações populares. De acordo com Camoleze (2022), quando utilizado como adjetivo, o termo remete à participação social e aos conhecimentos produzidos no âmbito das classes populares e em diálogo com suas experiências e demandas.

Sobre a documentação popular, esta se desenvolveu fora das instituições formais e sem a colaboração de profissionais, assim emergiu a partir da necessidade informacional dos movimentos sociais e populares em toda a América Latina (Rocha, 1994). Entre ideias marxistas, religiosas e políticas, como a Teologia da Libertação, a documentação popular se desenvolve em toda a América Latina (Rabello, 2025). No Brasil após 1964, com influência dos movimentos populares que tentavam se mobilizar e se organizar diante da Ditadura Empresarial-Militar instaurada no país, a documentação popular desempenha um papel fundamental, sendo "[...]

um instrumento de educação, de organização e de preservação da memória do movimento popular" (Rocha, 1994, p. 8).

Diante disso, as ações registradas por movimentos sociais e populares são denominados documentos e documentação popular, assim estes registros surgem "[...] como uma ampliação das formas de comunicação dentro dos movimentos sociais latino-americanos" (Camoleze, 2022, p. 72). Camoleze (2022, p. 74) define documentação popular como "[...] o registro de informações, em determinado suporte, produzidas pelos movimentos sociais com o intuito de formar e informar seus membros [...]".

Considerando o exposto, a documentação popular emerge a partir dos movimentos sociais e populares, com intuito de registrar e organizar suas informações, posteriormente promovendo a partir desses documentos ações educativas, de mobilização, de resgate da memória e o protagonismo social dos indivíduos pertencentes as classes populares.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme mencionado na seção de percurso metodológico, os 24 artigos recuperados foram lidos na íntegra a fim de identificar seus debates, e a partir disso estabelecemos quatro categorias de análise a fim de compreender o desenvolvimento das produções científicas da CI acerca da documentação e do documento popular. O *corpus* de análise é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – *Corpus* da pesquisa

Ano	Autoria	Título	Categoria principal evidenciada
1991	Andrade	Novas possibilidades em informação popular	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)
1994	Rocha	Documentação popular: considerações teóricas	Histórico e conceituação
1996	Abath, Rios e Melo	A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)
1997	Araújo	Centros de Informação Popular e o bibliotecário	Orientação social da informação e do documento
1999	Ramalho, Melo, Freitas, Moreira e Formiga	Os centros populares de documentação e comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)
1999	Rios, Duarte e Melo	Informação para mudança social	Orientação social da informação e do documento
1999	Carvalho	O bibliotecário e o mercado da documentação popular: CPDCs	Orientação social da informação e do documento

2010	Cruz e Tessitore	Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)
2010	Cavalcante e Vasconcelos	Os contadores de história e a constituição de acervos para a preservação da memória comunitária	Memória e educação popular
2015	Almeida Júnior	Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação	Orientação social da informação e do documento
2018	Dourado e Marteleto	A coleção de almanaques da família Carneiro Rezende: documentos de informação e comunicação popular escrita	Orientação social da informação e do documento
2019	Camoleze e Rodriguez	Produção e tipologia documental de movimentos sociais: estudo sobre o arquivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras do Brasil (MST)	Orientação social da informação e do documento
2019	Camoleze, Cavalcante e Rodriguez	Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular	Orientação social da informação e do documento
2022	Veronez Júnior, Almeida Júnior, Rodriguez e Martínez-Ávila	A dimensão política da mediação da informação em arquivos de partidos políticos brasileiros: o caso do Partido dos Trabalhadores	Orientação social da informação e do documento
2022	Castro e Oliveira	Mediação da informação na “quebrada”: a autorrepresentação nas narrativas audiovisuais produzido por jovens da periferia de Belém-Pará	Orientação social da informação e do documento
2024	Rabello	Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditatura, testemunho de uma igreja na redemocratização do Brasil e intentonas golpistas	Memória e educação popular
2025	Batista, Aguiar e Bortolin	Folhetos de cordel da Universidade Estadual de Londrina: uma potente documentação popular	Orientação social da informação e do documento
2025	Barbosa e Mata	Documentação popular na rede de bibliotecas escolares do sistema municipal de ensino de Vila Velha, Espírito Santo: projeto Entre Versos e Rimas	Orientação social da informação e do documento
2025	Gomes	Documentos populares e mediação documentária: um olhar à luz do fundamento da mediação da informação e suas dimensões	Orientação social da informação e do documento
2025	Rabello	Documentação popular: proposição de um conceito	Histórico e conceituação
2025	Santos	Contrapondo narrativas desinformativas a partir da	Memória e educação popular

		competência em informação e em mídia, dos estudos culturais e da documentação popular	
2025	Andrade Junior e Nunes	Documentação popular na preservação da memória do cotidiano: o caso do Centro Popular de Documentação do Pirambu	Memória e educação popular
2025	Santos, Assis e Nascimento	Atividades de mediação da informação e a constituição da documentação popular na Biblioteca Municipal Rodolfo de Queiroz Filho: reflexões sobre a interferência do coletivo	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)
2025	Tanus e Gomes	As bibliotecas comunitárias como espaços de documentação popular	Institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

No que diz respeito a categoria de **institucionalidade e práticas dos Centros de Documentação Popular (CDPs)**, ela destaca a história, desenvolvimento e as práticas dos CDPs no Brasil. Andrade (1991) apresenta dados sobre o percurso dos centros desde 1973 até 1988, que despontaram a partir da militância política de movimentos estudantis que visam "´[...] trabalhar como uma opção informativa que fuja aos meios controlados pelas classes dominantes" (Andrade, 1991, p. 26), nesse sentido os centros tem como objetivo formar agentes para militância, reunir as histórias das lutas populares e ser um meio de comunicação alternativo.

A autora destaca as atividades desenvolvidas pelos centros, organizando-as em duas frentes principais: a documentação dos movimentos populares e a atuação na organização e preservação das memórias ali registradas. Tais ações têm como objetivo "converter toda a informação que aparece em material de trabalho para o pesquisador, o analista e o militante político popular, interessados em compreender o que está ocorrendo na sociedade para colocar-se corretamente em sua práxis" (Andrade, 1991, p. 30). Além disso, os centros utilizam a educação como estratégia de apropriação da documentação e da comunicação popular, enfatizando a formação teórica e ideológica necessária ao trabalho político revolucionário.

Andrade (1991) aprofunda a descrição das atividades e da rotina desenvolvidas nesses espaços, abrangendo a coleta de materiais para a constituição dos acervos, a organização documental e a denominada devolução, entendida como a comunicação popular por meio do uso do acervo para produção e distribuição de textos e vídeos. A autora também destaca a formação de pessoal capacitado e experiente para o desenvolvimento das atividades realizadas

nos próprios centros de documentação.

Em sentido semelhante, os textos de Ramalho *et al.* (1999), Rios, Duarte e Melo (1999), Cruz e Tessitore (2010), Tanus e Gomes (2025), Santos, Assis e Nascimento (2025) auxiliam na compreensão das finalidades e das atividades desenvolvidas dos CDPs junto com a comunidade e movimentos populares.

Evidenciamos o texto de Abath, Rios e Melo (1996), onde comparam as instituições que trabalham com documentação "oficiais" e os CDPs. Destacamos também as diferenças entre os usuários e os profissionais destes dois tipos de instituições, citadas por Abath, Rios e Melo (1996). No caso dos CDPs, apesar de pesquisadores poderem utilizar de seus acervos, em sua maioria tais acervos são utilizados por entidades coletivas, a comunidade e movimentos organizados, assim abrangendo tanto os usuários como os não-usuários (Abath; Rios; Melo, 1996). No que diz respeito aos profissionais, os CDPs não utilizam profissionais com formação técnica e acadêmica, como bibliotecários e arquivistas.

De acordo com Ramalho *et al*. (1999), os CDPs possuem colaboração em sua maior parte de voluntários, que possuem formações profissionais diversas e com vinculações em Organizações Não Governamentais (ONGs). Nesse sentido, é possível compreender os CDPs como instituições semiformais, pois apesar de orientarem suas ações a partir de práticas técnico-científicas, eles também possuem relações com os saberes populares da comunidade.

Em textos recentes, como os de Santos, Assis e Nascimento (2025) e Tanus e Gomes (2025), os autores refletem acerca das bibliotecas como espaços para a documentação popular. Assim, acervos compostos por documentos e a disponibilização de serviços à comunidade também podem estar presentes nas bibliotecas denominadas comunitárias e populares.

Destacamos que os debates acerca da institucionalidade dos CDPs e das práticas desenvolvidas por eles estiveram presentes na literatura ao longo dos anos, porém com enfoques diferentes. Inicialmente, as produções estavam centradas nos próprios CDPs, considerando que os debates em relação à documentação popular ainda estavam emergindo. Já nas produções mais recentes, observa-se um deslocamento dessas discussões para o campo da Biblioteconomia, especialmente a partir de reflexões que aproximam a documentação popular das bibliotecas e de suas práticas.

Esse deslocamento, entretanto, não significa que a documentação popular esteja sendo incorporada às bibliotecas, mas evidencia uma aproximação no âmbito teórico entre os debates sobre documentação popular e as discussões desenvolvidas pela Biblioteconomia. Nesse

sentido, as produções recentes ampliam as possibilidades de reflexão sobre os espaços, sujeitos e práticas relacionados à documentação popular, ao mesmo tempo em que suscitam questionamentos sobre como essa aproximação pode tensionar ou ressignificar concepções tradicionalmente presentes na área. Considerando que as práticas de seleção, organização, preservação e mediação da informação são atravessadas por escolhas e interesses.

Diante disso, foi possível observar que as primeiras produções relacionadas a documentação popular destacavam e abordavam como aspecto central os CDPs, suas formações, suas atividades e suas características. Os trabalhos aqui agrupados direcionam um aspecto central dos debates acerca da documentação popular: a razão de ser deste conceito e o fator gerador dos documentos adjetivados como populares, é a ação vinculada aos movimentos populares e suas ferramentas. Ainda que textos mais recentes também estabeleçam reflexões sobre os espaços de documentação popular, compreendemos que estes deixam de ser aspecto central das reflexões, isso porque a literatura se volta para aspectos mais teóricos e conceituais, assim como explora a documentação popular em outros contextos.

Na categoria **histórico e conceituação** são apresentadas a história da documentação popular e as definições de seu conceito. Rocha (1994) contribui para a compreensão do contexto de desenvolvimento da documentação popular no Brasil. Para a autora "[...] o fato histórico que favoreceu a emergência dessa nova prática de documentação foi a ditadura instalada pelo golpe militar de 1964 que reprimiu os canais tradicionais de representação popular, tendo como consequência novas formas de manifestações populares [...]" (Rocha, 1994, p. 12).

Diante disso, a definição de documentação popular passa a ter uma influência social e política, como uma ferramenta que colabora para o compartilhamento do conhecimento e informação para a sociedade, visando a sua formação política e teórica, principalmente relacionada às classes populares (CELADEC, 1985).

Ainda para Rabello (2025, p. 27) "Ela é orientada por enunciados cuja materialidade produz e é produzida por instituições e redes, mobilizando atores e buscando formas solidárias e/ou persuasivas de reivindicações", o autor destaca que os estudos epistêmicos, políticos e éticos da informação possuem função na compreensão dos efeitos sociais da informação, sejam elas científicas ou populares. O autor contribui para o conceito de documentação popular ao refletir que esta documentação possui relações com os movimentos sociais, estando presente em instituições informais e semiformais, podendo nestas instituições atuarem voluntários e

profissionais, se caracterizando pelas suas práticas de preservação e resgate da memória, promovendo conhecimento e protagonismo social.

Rabello (2025) também evidencia a questão dos destinatários das instituições, destacando que os usuários são compreendidos como aqueles que utilizam efetivamente os sistemas de informação, seus produtos e serviços, como pesquisadores, profissionais, estudantes, etc., e os não-usuários são aqueles que não possuem acesso aos sistemas de informação, por questões de exclusão e silenciamentos, desta forma os tornando não-usuários.

Quanto a questão da neutralidade, o conceito de documentação popular é muitas vezes definido como uma documentação libertadora e associada com viés político alinhado às classes populares da sociedade, e sendo oposta a documentação científica, que se apresenta como supostamente técnica e neutra. CELADEC (1985, p. 3) destaca que "Diante de uma documentação que serve de instrumento do sistema capitalista, desorganizando e desmobilizando o povo, surge a necessidade de realizar uma documentação libertadora que seja um instrumento da libertação popular [...]", evidenciando a existência da noção de que na documentação tradicional supõe existir uma desvinculação entre suas atividades e o viés político.

Ao refletirmos sobre o caráter de neutralidade da documentação, corroboramos com as ponderações de Rabello (2025), para quem a documentação popular possui singularidade em relação a documentação científica, pois conecta-se com os movimentos sociais, de maneira que tanto a documentação tradicional, como a documentação popular possuem viés político, podendo gerar mudanças na sociedade. Nesse sentido, o autor aponta que não é possível separar a técnica da política.

> [...] toda dimensão epistêmica – seja ela relacionada ao conhecimento científico ou ao saber popular– é intrinsecamente política e não neutra, pois influencia as ações das, com e nas coletividades, conforme os interesses e as intenções que a orientam (Rabello, 2025, p. 1).

É possível observar que os estudos da documentação auxiliaram no desenvolvimento de um conceito para a documentação popular, que perpassa os movimentos sociais e seu viés político. Estes estudos também impactaram nas compreensões acerca da documentação tradicional, que muitas vezes é vista como neutra e tecnicista, mas que precisa ter observado sua dimensão política – inerente a qualquer documentação, visto que é produzida, organizada e mobilizada a partir de interesses e condições históricas. Enfatizamos que não há neutralidade na produção documental, uma vez que todo documento representa uma interpretação da

realidade e participa da construção de sentido sobre ela. Assim, a aparente neutralidade dos documentos tende a ocultar os valores e relações de poder que os atravessam, contribuindo, muitas vezes, para a manutenção das estruturas sociais vigentes.

Também é importante considerar, que o caráter político da documentação popular não significa, necessariamente, que suas práticas sejam isentas de disputas e contradições. Assim como a documentação tradicional, a documentação popular também envolve escolhas sobre o que será produzido, registrado, organizado e preservado. Dessa forma, embora possa contribuir para o protagonismo e para a visibilidade de grupos populares, também pode produzir seleções e silenciamentos, indicando a necessidade de compreender a documentação popular como um espaço de disputas e construção de sentidos.

A categoria de **orientação social da informação e do documento** diz respeito aos profissionais da informação, e o uso da informação para a transformação social. Sobre os profissionais da informação, Araújo (1997) reflete que os CDPs oferecem importantes ensinamentos, ampliando a visão sobre o desenvolvimento de atividades que se baseiam não apenas nos documentos, mas também em outras fontes de informação, como as pessoas e os grupos sociais. Além disso, ampliam as perspectivas dos profissionais quanto aos diferentes formatos documentais e ao compartilhamento da informação em cada contexto, considerando os níveis de conhecimento dos indivíduos e, assim, favorecendo a compreensão das informações por diversos grupos sociais.

Sobre a informação, Araújo (1997, p. 22) evidencia que os CDPs "[...] desenvolvem uma ação informacional de levantamento e discussões sobre os problemas vivenciados por determinada comunidade ou grupo social e a partir deste diagnóstico elas buscam informações que solucionem estes problemas". Para a autora, a partir da realidade destes centros é necessário que os profissionais ampliem seu modelo de ação, assim podendo oferecer um serviço que possua utilidade para a comunidade, já que trabalhando em conjunto é possível ampliar a atuação profissional e a capacitação dos usuários.

Evidenciamos aqui que os CDPs são espaços informacionais que cumprem papel semelhante ao da biblioteca e do arquivo, considerando que estes espaços possuem tarefas como "[...] de documentação, trabalho com meios de comunicação e produção de mensagens e tarefas de conscientização, organização e mobilização social" (Araújo, 1997, p. 20-21), assim sendo necessário que profissionais da informação estejam presentes e preparados para atuarem nestes ambientes.

Destacamos que os debates da documentação popular foram centralizados nos documentos arquivísticos como abordou Camoleze (2022), porém os debates em relação a documentação popular começaram a se ampliar, sendo integrados na área da Biblioteconomia. A exemplo disso, o dossiê temático de documentação popular elaborado por Almeida Júnior (2025) corroborou para os novos debates na documentação popular a partir de diversos aspectos como as bibliotecas comunitárias, mediação da informação, folhetos de cordel e competência em informação. Em relação a isso, Almeida Júnior (2015) destaca que historicamente a Biblioteconomia esteve fortemente vinculada às técnicas bibliotecárias, o que, em determinados momentos, contribuiu para um distanciamento entre a área e as demandas sociais. Ainda nesse contexto, Carvalho (1999) aponta que a formação e a atuação do bibliotecário, à época, ainda estavam fortemente orientadas pelas atividades técnicas, indicando a necessidade de ampliar a compreensão acerca de seu objeto de trabalho: a informação.

Em relação às informações registradas por movimentos e pelas classes populares, compreendemos que possuem capacidade de influenciar as dinâmicas sociais a fim de promover mudanças. Para Camoleze, Cavalcante e Rodriguez (2019, p. 188), as informações registradas são capazes de "[...] romper o cerceamento da liberdade, garantir o exercício pleno da cidadania e dar voz aos grupos subalternos, através da formação, da informação e da comunicação".

No texto de Veronez Júnior, Almeida Júnior, Rodríguez e Martínez-Ávila (2022), há a compreensão de que a mediação da informação no contexto de arquivos de movimentos sociais contribui para participação e o protagonismo dos sujeitos durante a produção, organização, apropriação, acesso e uso da informação.

Para Gomes (2025, p. 179-180) a mediação documentária orientada pelo fundamento da mediação da informação tem como objetivo "[...] estender o processo de comunicação, possibilitando que os conteúdos registrados nos documentos possam ser alcançados por sujeitos sociais em sociabilidades que ocorram em tempos históricos e sociais distintos [...]". Assim, para a autora, esta mediação colabora com o caráter social da área da informação, podendo desta forma construir espaços informacionais mais críticos, proporcionando a apropriação crítica das informações pelos sujeitos sociais.

A exemplo disto, os textos de Castro e Oliveira (2022), Barbosa e Mata (2025), Batista, Aguiar e Bortolin (2025), destacam projetos que utilizam da documentação popular como forma de gerarem o protagonismo e conhecimento da comunidade em que estão inseridos.

Diante do exposto, foi possível observar uma grande concentração de artigos nos debates relacionados aos profissionais da informação e à utilização da informação para a transformação social ao longo dos anos. Identificamos, também, que os debates sobre a documentação popular estão se ampliando na área da Biblioteconomia e que a informação produzida e organizada nos espaços dos CDPs é considerada um elemento para a transformação social dos indivíduos. Nesse sentido, identificamos uma concentração de debates direcionados aos bibliotecários e à Biblioteconomia no contexto dos espaços de documentação popular. Em contraste, há uma escassez de trabalhos que voltem o olhar para o papel do arquivista e da Arquivologia no âmbito da documentação popular, considerando que esses profissionais e a área, dispõem de ferramentas e conhecimentos arquivísticos capazes de ampliar as possibilidades de organização, preservação, acesso e uso da documentação popular.

Inferimos que a ausência da Arquivologia nesse debate não constitui apenas uma lacuna quantitativa da literatura, mas pode indicar a permanência de uma concepção de documento e arquivo vinculada à institucionalidade formal, dificultando o reconhecimento de práticas documentais produzidas por grupos populares como objetos legítimos da reflexão arquivística.

Os textos que refletiram sobre a **memória e educação popular**, trataram principalmente sobre a memória social e a promoção da educação propiciada pela documentação popular.

Nesse sentido, Rabello (2024) destaca que a memória material não se limita apenas a questões físicas de um item, mas também possui camadas políticas, epistemológicas, éticas e históricas, de maneira que o objeto físico adquire significados ao longo do tempo. O autor reflete sobre a ausência desta materialidade com valor simbólico no cotidiano das pessoas, e a partir disso, evidencia o valor e a carga emocional que estes objetos possuem. Para Rabello (2024, p. 5) “A saudade de algo físico, com algum valor simbólico, permite perceber a complexidade e a abrangência que a memória material pode evocar, tanto individual quanto coletivamente”. Em sentido semelhante, Cavalcante e Vasconcelos (2010) refletem que os indivíduos se apegam as lembranças, assim se veem na tarefa de proteger e reconstruir tais memórias.

Nos textos de Andrade Júnior e Nunes (2025), Cavalcante e Vasconcelos (2010) os autores discutem a memória social a partir das fontes orais e documentos que compõem o acervo. Destacamos aqui Cavalcante e Vasconcelos (2010, local. 14) que refletem sobre a

participação da comunidade na construção da memória social a partir de seus depoimentos, além da preservação dos acontecimentos vividos pelos indivíduos. Através desta memória é possível "[...] gerar uma bandeira de luta a favor não somente da preservação, mas, principalmente, em torno de uma consciência política, para além do fenômeno ocorrido no passado, com possibilidade de se fazer ouvir por aqueles que têm nas mãos o poder de decisão".

Para Andrade Júnior e Nunes (2025), estes documentos possuem potencialidades de registrarem os membros de uma comunidade, a cultura, o local, preservando a história e a memória de um grupo subalterno que muitas vezes são ignoradas e apagadas da memória social. Nesse mesmo sentido, para Rabello (2024), estes centros de documentação popular organizados junto com a sociedade civil são uma alternativa na preservação da memória, impulsionando a comunidade em suas reivindicações.

No que diz respeito a educação popular, consideramos que a documentação popular é uma ferramenta para ações pedagógicas, assim desenvolvendo o conhecimento para a tomada de consciência das classes populares. Santos (2025) aborda a competência em informação e em mídia, e os estudos culturais como potencializadores para a utilização da documentação popular como instrumento pedagógico. Para a autora, a competência em informação e em mídia no âmbito dos estudos culturais pode proporcionar que o sujeito questione discursos, contrapondo narrativas desinformativas, também promovendo que os sujeitos compreendam a função das mídias em massa, auxiliando no desenvolvimento do pensamento crítico. Ainda para a autora, os indivíduos que contribuem com os CDPs "tornam-se protagonistas, pois contribuem para a disseminação real de sua cultura" (Santos, 2025, p. 189).

Nesse sentido, a memória e a educação são elementos que contribuem para os aspectos da documentação popular e para os usuários desta documentação. Consistindo a documentação uma forma dos indivíduos produzirem e resgatarem suas vivências, sendo os protagonistas de suas próprias histórias, junto com ações pedagógicas propicia que os indivíduos construam uma consciência em relação a suas vivências e aprimorem seus conhecimentos, impulsionando a formação social e cultural dos sujeitos. Assim, contribuindo para a construção e o resgate da memória da sociedade, que por vezes são ignoradas por aqueles que definem o que será lembrado ou não.

Cabe destacar que a distribuição temporal das publicações analisadas apresenta uma concentração significativa de trabalhos publicados em 2025, em decorrência da publicação de um dossiê temático dedicado à documentação popular. Essa concentração deve ser considerada

na interpretação dos resultados, uma vez que a maior presença de estudos desse período pode conferir maior visibilidade a perspectivas recentes e influenciar a percepção acerca do desenvolvimento histórico das discussões na área. Dessa forma, os trabalhos publicados em 2025 são compreendidos como expressão de um movimento recente de ampliação do debate, não sendo tomados, isoladamente, como representativos da trajetória histórica da produção em CI sobre a temática.

Diante do conjunto analisado, observamos que as produções sobre documentação popular, ao longo do período estudado, indicam um deslocamento progressivo de uma ênfase inicial nas práticas e nos CDPs, para o fortalecimento de discussões de caráter mais teórico e conceitual. Nesse percurso, observa-se um movimento de ampliação teórica do conceito de documentação, que passa a ser compreendido para além de suas dimensões operacionais e institucionais, incorporando abordagens que enfatizam sua constituição política, epistêmica e social. Tal ampliação permite situar a documentação em diferentes redes, instituições e práticas informacionais, destacando sua relação intrínseca com os processos de produção, circulação e mediação da informação na sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do *corpus* bibliográfico selecionado permite compreender o desenvolvimento da literatura que debate a documentação popular na área da CI. O quantitativo observado demonstra uma produção ainda em estágio de consolidação, mas com elaborações teóricas e conceituais já bastante avançadas. As categorias de análise estabelecidas evidenciam os caminhos apontados pela literatura, bem como a significância de se lançar olhar para a prática concreta de desenvolvimento da documentação popular nas instituições que a desenvolveram, para os conceitos construídos ao longo de seu percurso histórico, bem como as perspectivas em torno de pontos nodais como a orientação social de seus objetos e temas como memória e educação.

Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo analisar as produções da área da Ciência da Informação acerca da documentação e do documento popular, evidenciando os diferentes debates abordados ao longo dos anos. A análise dos artigos permitiu identificar discussões acerca do histórico e da atuação dos Centros de Documentação Popular (CDPs), bem como diferentes perspectivas sobre a conceituação da documentação popular e seu percurso histórico. Além disso, destacaram-se os debates relacionados aos profissionais da informação e à compreensão da informação como possibilidade de transformação social.

Também foram identificadas novas abordagens em relação à documentação popular, especialmente a partir da aproximação dessas discussões com a Biblioteconomia e de reflexões que ampliam os espaços, sujeitos e práticas relacionados ao fenômeno. Por se tratarem de perspectivas mais recentes, essas abordagens ainda não se encontram consolidadas na área e apresentam questões que demandam maior aprofundamento.

Além disso, observa-se que, embora a literatura apresente diferentes possibilidades e finalidades atribuídas à documentação popular, ainda são necessários estudos que investiguem de maneira mais aprofundada como essas práticas são realizadas no cotidiano das instituições e comunidades. Questões relacionadas à seleção, organização, preservação, descrição, acesso e apropriação dos documentos ainda podem ser exploradas, especialmente considerando os sujeitos que participam dessas práticas e os critérios utilizados para definir quais documentos serão preservados e disponibilizados.

Nesse ínterim, vale retomar Paul Otlet (2018, p. 60), um dos fundadores do campo da documentação, que destacava em seu *Tratado de Documentação,* produzido em 1934, o caráter perene dos documentos, expressando tal ideia por meio do emprego do adágio latino *scripta manent verba volant*, "[...] Os escritos permanecem e as palavras voam", ideia complementada com o potencial de concentração do documento escrito e da coordenação de suas construções. Os debates em torno da documentação popular criam tensões com as abordagens tradicionais da área, mas é possível identificar que seus propósitos e propostas encontram pontos de contato com algumas ideias presentes desde as fundações da documentação – forçando sua movimentação –, como as de universalidade, ampliação de acesso e possibilidades de memória.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel Joffily; RIOS, Gilvando Sá Leitão; MELO, Denise Gomes Pereira de. A necessidade de uma fertilização mútua entre os campos da documentação acadêmica e alternativa. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 6 n. 1, p. 19-31, jan./dez. 1996. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/215. Acesso em: 10 maio 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. **Divers@!**, Matinhos, v. 8, n. 2, p. 132-144, jul./dez. 2015. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=167. Acesso em: 10 maio 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Dossiê: documentação popular. **Inclusão Digital**, Brasília, v. 18 n. 2, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/issue/view/365. Acesso em: 10 maio 2026.

ANDRADE JUNIOR, Flávio Sousa de; NUNES, Jefferson Veras. Documentação popular na preservação da memória do cotidiano: o caso do Centro Popular de Documentação do Pirambu. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-186, 2025. Disponível em: https://www.revista.ibict.br/inclusao/article/view/7285. Acesso em: 10 maio 2026.

ANDRADE, Ana Maria Cardoso de. Novas possibilidades em informação popular. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 23-41, jan./jun. 1991. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37203. Acesso em: 10 maio 2026.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Centros de Informação Popular e o bibliotecário. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 17–23, 1997. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/318. Acesso em: 10 maio 2026.

BARBOSA, Eliana Terra; MATA, Marta Leandro da. Documentação popular na rede de bibliotecas escolares do sistema municipal de ensino de Vila Velha, Espírito Santo: projeto "Entre Versos e Rimas". **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-188, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7641. Acesso em: 10 maio 2026.

BATISTA, Raimunda de Brito; AGUIAR, Izabel Maria; BORTOLIN, Sueli. Folhetos de cordel da universidade estadual de londrina: uma potente documentação popular. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 173-185, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7211. Acesso em: 10 maio 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

CAMOLEZE, Jean Marcel Caum. **Arquivos e movimentos sociais:** um estudo da produção de documentos populares no setor nacional de educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/234955. Acesso em: 10 maio 2026.

CAMOLEZE, Jean Marcel Caum; CAVALCANTE, Lidia Eugenia; RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Documentos que comunicam: o valor cultural do documento popular. **Conexão - Comunicação e Cultura,** Caxias do Sul, v. 18 n. 36, p. 181–190, 2019. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/9490. Acesso em: 10 maio 2026.

CARVALHO, Luciana Moreira. O bibliotecário e o mercado da documentação popular: CPDCs. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 2, jul./dez., 1999. Disponível em: http://repositorioslatinoamericanos.uchile.cl/handle/2250/3977389. Acesso em: 10 maio 2026.

CASTRO, Jetur Lima de; OLIVEIRA, Alessandra Nunes de. Mediação da informação na "quebrada": a autorrepresentação nas narrativas audiovisuais produzido por jovens da periferia de Belém-Pará. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v.

18, p. 01-22, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1801. Acesso em: 10 maio 2026.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia; VASCONCELOS, José Gerardo. Os contadores de história e a constituição de acervos para a preservação da memória comunitária. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais** [...] Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. p. 1-22. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/183869. Acesso em: 10 maio 2026.

CENTRO PASTORAL VERGUEIRO**. Série de documentação**. v. 3, 1985.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 40, jun. 2010. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/6139/. Acesso em: 10 maio 2026.

GOMES, Henriette Ferreira. Documentos populares e mediação documentária: um olhar à luz do fundamento da mediação da informação e suas dimensões. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-188, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7185. Acesso em: 10 maio 2026.

MACBRIDE, Seán. **Many voices, one world:** towards a new, more just, and more efficient world information and communication order. New York: UNESCO, 1980. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372754. Acesso em: 10 maio 2026.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **Palabra Clave**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 46-61, maio/ago. 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-82852008000200014. Acesso em: 10 maio 2026.

RABELLO, Rodrigo. Documentação popular: proposição de um conceito. **AtoZ**: Novas práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 14, n. 2, 2025. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/98390 Acesso em: 10 maio 2026.

RABELLO, Rodrigo. Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditatura, testemunho de uma igreja na redemocratização do brasil e intentonas golpistas. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 29, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/99284. Acesso em: 10 maio 2026.

RAMALHO, Francisca Arruda; MELO, Denise Gomes Pereira de; FREITAS, Adolfo Júlio Porto de; MOREIRA, Maria da Luz Nóbrega; FORMIGA, Maria da Solidade M. de Sá. Os centros populares de documentação e comunicação no contexto paraibano: elementos para reflexão.

Informação & Sociedade, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 1-16, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/421. Acesso em: 10 maio 2026.

RIOS, Gilvando Sá Leitão; DUARTE, Emeide Nóbrega; MELO, Denise Gomes Pereira de. Informação para mudança social. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 9, n. 1, 1999. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/422. Acesso em: 10 maio 2026.

ROCHA, Maria Mercedes Otero. Documentação popular: considerações teóricas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 1994. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/186. Acesso em: 10 maio 2026.

SANTOS, Camila Araújo dos. Contrapondo narrativas desinformativas a partir da competência em informação e em mídia, dos estudos culturais e da documentação popular. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-192, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7259. Acesso em: 10 maio 2026.

SANTOS, Raquel do Rosário; ASSIS, Pamela Oliveira; NASCIMENTO, Diego Santos do. Atividades de mediação da informação e a constituição da documentação popular na Biblioteca Municipal Rodolfo de Queiroz Filho: reflexões sobre a interferência do coletivo. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-186, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7181. Acesso em: 10 maio 2026.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; GOMES, Marcus Victor Siqueira Josuá. As bibliotecas comunitárias como espaços de documentação popular. **Inclusão Social**, Brasília, v. 18 n. 2, p. 173-187, 2025. Disponível em: https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/7175. Acesso em: 10 maio 2026.

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; RODRÍGUEZ, Sônia Maria Troitiño; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel. A dimensão política da mediação da informação em arquivos de partidos políticos brasileiros: o caso do Partido dos Trabalhadores. **Revista EDICIC**, San José, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2022.